

Otávio Augusto de Castro Bravo
Promotor de Justiça

Excelentíssimo Senhor Juiz-Auditor da 1ª Auditoria da

1ª Circunscrição Judiciária Militar

O Ministério Público Militar, por seu representante que subscreve a presente, vem respeitosamente a Vossa Excelência, nos autos do **Inquérito Policial Militar nº 204/10**, expor e requerer o que segue.

Trata-se de inquérito policial militar instaurado no 1º Esquadrão de Cavalaria Leve para apurar a subtração e posterior uso indevido do cartão bancário do Soldado Bruno da Silva de Jesus, ocorridos no dia 28 de junho de 2010.

As investigações realizadas no curso da fase inquisitorial demonstraram que o responsável pela subtração e pela utilização do cartão fora o Soldado Marcos Henrique Ávila dos Santos, que teria retirado a quantia total de R\$ 900,00 da conta do lesado.

Tendo em vista as declarações do Soldado Bruno da Silva de Jesus, no sentido de que acertara com o indiciado a reparação do dano, e com vistas a garantir a solução mais adequada à vítima, de acordo com os novíssimos pressupostos de *justiça restaurativa* que devem orientar o direito penal moderno, o subscritor exarou a promoção de fl. 40. Na oportunidade, deixou quase explícito seu intuito de orientar – e, mais do que isso, incentivar – o

indiciado à reparação do dano, certamente muito mais benéfica ao lesado do que a mera imposição ao indiciado de uma sanção penal que em nada contribuiria à recuperação do prejuízo que sofrera.

A manifestação de fl. 40 foi comunicada ao indiciado, que, posteriormente, reparou o prejuízo causado ao lesado, conforme pode ser verificado através dos documentos de fls. 45 a 47.

A iniciativa do Ministério Público Militar, ao incentivar o indiciado à reparação do dano, buscou ir ao encontro dos mais basilares pressupostos da lógica *restaurativa* que vem orientando modificações jurisprudenciais e legislativas no universo jurídico-penal em todo o mundo, fazendo prevalecer o interesse imediato do ofendido sobre as decisões tradicionais da justiça penal, impondo penas que não levam a lugar algum e deixando de atender às necessidades prementes da vítima.

Como se sabe, a ideia de *justiça restaurativa* visa trazer à equação judicial os interesses do ofendido, que, em caso de infrações de menor ou médio potencial ofensivo, certamente tem muito mais interesse em ver reparado o prejuízo sofrido com a prática do delito do que em ver a pessoa que o lesou passando por um longo e custoso processo criminal, o qual, via de regra, levará a resultados meramente formais e de eficiência nenhuma. Vale registrar que um dos fundamentos que deu origem ao movimento da *justiça restaurativa* em todo o mundo foi a constatação de que, via de regra, o acusado que se via efetivamente processado criminalmente recusava-se a reparar o dano causado pela prática do delito do qual era acusado, em razão do receio de que tal reparação pudesse vir a ser interpretada como admissão de culpa.

Mais do que nunca, os ideais de justiça clamam pela aplicação dos postulados de intervenção mínima do direito penal e de reparação do dano, em homenagem aos interesses do ofendido e do agente a quem se mostra desnecessária a aplicação de sanção penal. Tais postulados nada mais são do que a tradução de mecanismos da *justiça restaurativa*.

Sobre a íntima relação entre a lógica *restaurativa* e o princípio da intervenção mínima do direito penal, registre-se o que diz Alison Morris, ao conceituar *justiça restaurativa* como

“uma reação à perceptível ineficiência e alto custo (humano e financeiro) dos procedimentos da justiça convencional e (...) ao fracasso desses sistemas convencionais em responsabilizar expressiva ou significativamente os infratores ou em atingir adequadamente as necessidades e interesses das vítimas” (Críticando os críticos: uma breve resposta aos críticos da justiça restaurativa; in Bastos, Márcio Thomas et alii, Justiça restaurativa: coletânea de artigos, ed. Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD Brasil, 2005, p. 3).

Nesse processo, a figura do ofendido ganha contornos de protagonista, pois a *justiça restaurativa* visa, primordialmente, colocar os interesses da vítima em primeiro lugar. A esse respeito, diz Elmir Duclerc:

“O modelo que se propõe com a justiça restaurativa (...) busca resgatar a figura da vítima, não, certamente, como protagonista da pretensão de punição, pois isso seria o mesmo que retornar à vingança privada, mas como um ator que precisa ter voz ativa na resolução do conflito, e a atenção do estado no que se refere à cura efetiva de suas dores e traumas, o que não raro dispensará a punição do agressor” (Direito Processual Penal, Rio de Janeiro, ed. Lumen Juris, ed. 2008, p. 222; in Assimilação de preceitos restaurativos pela dogmática jurídica e o medo do novo: estagnação ou retrocesso?, Revista IOB de Direito Penal e Processual Penal, nº 59, dez-jan de 2009, nota 13, p. 56).

Ainda nesse sentido, Damásio de Jesus lembra que, em trabalho apresentado no XIII Congresso Mundial de Criminologia, realizado no Rio de Janeiro entre 10 e 15 de agosto de 2003, Paul McCold e Ted Wachtel, respectivamente diretor de pesquisa e presidente do Instituto Internacional de Práticas Restaurativas (*International Institute for Restorative Practices – IIRP*), já lecionavam que a *justiça restaurativa* constitui

“uma nova maneira de abordar a justiça penal, que enfoca a reparação dos danos causados às pessoas e relacionamentos, ao invés de punir os transgressores”,

sendo seu postulado fundamental a ideia de que

“o crime causa danos às pessoas e a justiça exige que o dano seja reduzido ao mínimo possível” (Justiça Restaurativa no Brasil; in Jus Navigandi, Teresina, ano 10, nº 819, 30.set.05, <http://jus.uol.com.br/revista/texto/7359>, acesso em 01.nov.10).

A concepção de justiça restaurativa parte da ideia óbvia de que à vítima de infrações de pequeno ou médio potencial ofensivo interessa menos ver o agente criminoso cumprindo uma sanção penal que em nada contribui à diminuição dos prejuízos causados pelo delito do que em obter a efetiva reparação de tais prejuízos.

Ao encontro dessa obviedade, também parece inquestionável que à recuperação social do agente criminoso interessa mais que seja ele confrontado com a responsabilidade de reparar o dano causado do que se veja envolvido em um processo judicial que, em determinado momento, seja pelo formalismo em excesso, seja pela duração inadequada, perde todo o contato com a realidade do fato criminoso que lhe deu origem.

Em outras palavras: à vítima é melhor receber imediatamente o que lhe foi tirado; ao agente criminoso, é melhor reparar o prejuízo causado (assumindo, de imediato, a responsabilidade pelo erro cometido) do que, meses ou anos depois, perceber que nem se lembra porque está sendo processado.

Sobre o efeito da lógica *restaurativa* no agente criminoso, assevera Selma Pereira de Santana que

“o movimento em prol da justiça restaurativa (...) pondera que deve dar-se aos autores de delitos a oportunidade de responderem, perante suas vítimas, de forma significativa e de responsabilizarem-se pela reparação do dano que tenham causado”,

lembrando que

“a mera recepção de uma pena constitui um ato passivo, e não requer que [os autores de delitos] se conscientizem de suas responsabilidades” (A vitimodogmática: uma faceta da justiça

restaurativa?, Revista IOB de Direito Penal e Processual Penal, n° 62, jun-jul de 2010 p. 57

Inequívoco, portanto, que a solução adotada no presente caso, através do incentivo dado ao indiciado à reparação do dano causado ao lesado, atende os pressupostos mais eficientes da *justiça restaurativa*. Caberia, apenas, indagar se tal medida vai ao encontro do compromisso da Justiça Militar com os valores de hierarquia e disciplina que servem de fundamento às Forças Armadas, a ponto de recomendar a ausência de propositura de ação penal na espécie.

A resposta, na hipótese presente, só pode ser positiva, especialmente a se considerar que o indiciado será (ou já foi) licenciado a bem da disciplina, conforme se pode concluir pela referência constante no item 3 de fl. 39. Além disso, vale registrar que o indiciado, ao ser inquirido no curso da fase inquisitorial, demonstrou arrependimento, conforme se verifica no termo de fls. 28 e 29 (v. fl. 29, parte final).

Sobre a presença de mecanismos expresso da *justiça restaurativa* na legislação penal militar, vale observar que a matéria encontra plena adequação à regra prevista no artigo 240, parágrafo 2º do Código Penal Militar, que permite a consideração da infração como disciplinar – o que, no caso, se mostra desnecessário, tendo em vista o licenciamento do indiciado – nas hipóteses em que haja reparação do dano antes da propositura da ação penal.

Diante de todo o exposto, é a presente para requerer o **arquivamento** do presente inquérito policial militar, em razão da reparação do prejuízo registrado às fls. 45 a 47, aplicando-se à hipótese a regra do artigo 240, parágrafo 2º do Código Penal Militar, inexistindo, por essa razão, justa causa ao oferecimento de denúncia. Além disso, requer o Ministério Público Militar que seja expedido ofício à autoridade militar de origem, reiterando a informação de que não há óbice legal ao licenciamento do indiciado, o que poderá ser feito – caso ainda não tenha ocorrido – imediatamente, através do ato administrativo adequado.

Rio de Janeiro, 3 de novembro de 2010.

Otávio Bravo
Promotor de Justiça
Ministério Público Militar

